



CONVITE N.º: 002/2019

Data: 23/05/2019

Encerramento em: 30/05/2019

Abertura às: 10H00 em ato público.

01 PRELIMINARES

- 1.1. O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI faz saber que se acha aberto o Convite n° **002/2019**, do tipo **MENOR PREÇO**.
- 1.2. O regime de execução é o de empreitada por preço global, conforme previsto no artigo 10º, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93.
- 1.3. A presente licitação é regida pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a qual se recorrerá em casos de eventuais dúvidas e esclarecimentos.
- 1.4. As condições estabelecidas na presente licitação farão parte integrante do instrumento contratual que dela resultar, independentemente de sua transcrição.

02 DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminação de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I.
- 2.2. Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
Anexo I – Memorial Descritivo;





Anexo II – Modelo de Proposta Comercial contendo Declaração de fatos impeditivos, Declaração de que não emprega menor nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e Declaração de inexistência de titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Barueri;

Anexo III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo IV – Termo de Conhecimento e Adesão;

Anexo V – Termo de Vistoria Técnica;

Anexo VI – Minuta do Contrato.

03. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

3.1 Esta contratação tem o objetivo de obter o mapeamento e diagnóstico da situação atual da infraestrutura elétrica da câmara (emissão de laudo NR-10), e obter também, por meio de projetos de média e baixa tensão, obter uma documentação técnica atualizada e a identificação de todas as adequações e melhorias para eliminar os riscos elétricos identificados no laudo NR-10. Como resultado final, espera-se obter todas as orientações técnicas para realizar em seguida uma licitação para o projeto de execução das correções.

3.2 A urgência da contratação se justifica pela criticidade de alguns pontos identificados em vistorias realizadas e que foram documentados em relatórios produzidos pela Divisão Administrativa e pela Controladoria da Câmara, e resumidos no Parecer Jurídico de 22/04/2019, documentos que fazem parte deste processo.

3.3 A visita técnica deverá ser realizada, para que juntamente com as informações contidas no instrumento convocatório, haja total condição da empresa aferir a real situação das condições elétricas desta Casa Legislativa.

04 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Processo, conforme o art. 22, §3º, da Lei 8.666/1993, os interessados especializados no ramo do objeto:

- a) que forem convidados diretamente pela Câmara Municipal de Barueri;
- b) que manifestem seu interesse em participar do certame com antecedência





mínima de 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, desde que devidamente cadastrada neste Município.

- 4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte participantes deverão apresentar, **FORA DOS ENVELOPES**, declaração de enquadramento na condição de ME ou EPP, conforme modelo constante do **ANEXO III**, para usufruir do tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar 123, de 2006 e 147, de 2014.
- 4.3. Não será permitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;
 - Em dissolução ou em liquidação;
 - Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
 - Que estiverem cumprindo penalidade de impedimento ou de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Barueri, na data fixada para apresentação dos envelopes;
 - Estrangeiras que não funcionem no país;
 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

05 DO PROCEDIMENTO

- 5.1. As aberturas dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes legais dos **licitantes** presentes e pelos membros da **Comissão Permanente de Licitação**.
- 5.2. O credenciamento dos representantes legais dos **licitantes** será efetuado mediante a apresentação de contrato social, em que conste como sócia a pessoa a ser credenciada, ou apresentação de procuração ou de documento equivalente que invista a pessoa a ser credenciada de poderes para se manifestar em nome do **licitante** durante a sessão de abertura dos envelopes.
- 5.2.1. Cada representante poderá representar apenas um **licitante**.
- 5.2.2. O documento de representação será apresentado à **Comissão Permanente de Licitação** antes da abertura dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**”, ou quando esta exigir.
- 5.2.3. A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou





desclassificará o **licitante**, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

5.2.4. As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos **licitantes** somente poderão participar da sessão como ouvintes.

5.3. **Deverá ser apresentada, ainda, FORA DOS ENVELOPES, a seguinte declaração:**

a) **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, conforme modelo constante do **ANEXO III**, para usufruir do tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar 123, de 2006 e 147, de 2014.

5.4. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, os envelopes “Documentação”, relativos à habilitação, serão abertos e apreciados pela Comissão Permanente de Licitação, na presença dos interessados.

5.5. Os **licitantes** que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “**Documentação**”, ou apresentarem-nos em desacordo com o estabelecido neste Ato Convocatório, ou, ainda, apresentarem-nos com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

5.6. Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão Permanente de Licitação**.

5.7. A inabilitação do **licitante** importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.8. Os envelopes fechados, contendo as propostas dos **licitantes inabilitados**, serão a estes devolvidos, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

5.8.1. Caso os **licitantes inabilitados** não estejam presentes na ocasião da devolução dos envelopes, estes ficarão à sua disposição pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do resultado da licitação, podendo ser destruídos pela **Comissão Permanente de Licitação** depois de transcorrido este prazo.

5.9. Os envelopes “**Proposta**” dos **licitantes habilitados** serão abertos, **desde que transcorrido o prazo sem interposição recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.**

5.10. Ultrapassada a fase de habilitação dos **licitantes** e abertas as propostas, não caberá desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.





- 5.11. A conformidade de cada proposta com os requisitos do Ato Convocatório será verificada pela **Comissão Permanente de Licitação**, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.
- 5.12. Julgadas e classificadas as propostas, a autoridade competente deliberará quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- 5.13. Todos os documentos e propostas serão rubricadas pelos membros da **Comissão Permanente de Licitação** e pelos representantes legais dos **licitantes** presentes à sessão.
- 5.14. Inviabilizada a continuidade do procedimento licitatório na sessão de abertura dos envelopes, os motivos para a suspensão dos trabalhos deverão ser consignados em ata e a sequência da licitação dar-se-á em nova reunião previamente comunicada a todos os **licitantes**.
- 5.14.1. Caso a suspensão dos trabalhos ocorra antes da abertura dos envelopes “**Documentação**” ou “**Proposta**”, estes ficarão sob a guarda da **Comissão Permanente de Licitação**, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos **licitantes** presentes, até a data e o horário marcados para continuidade da licitação.
- 5.15. Quando todos os **licitantes** forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a **Comissão Permanente de Licitação** poderá fixar aos **licitantes** o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.

06 DOS ENVELOPES: HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL

- 6.1. O envelope 01 – **HABILITAÇÃO** deverá conter:
 - 6.1.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
 - a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, tratando-se de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores em exercício;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira





em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido por órgão competente, quando a atividade assim exigir.

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**, mediante **certidão emitida junto ao site da Receita Federal**.
- b) Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, nos casos em que a lei exigir, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;
- c) Prova de **regularidade** para com a **Fazenda Municipal e/ou Estadual (emitida pela Procuradoria Geral do Estado – <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>)**, mediante apresentação de certidão Negativa (ou positiva com efeitos de Negativa) de tributos mobiliários e/ou imobiliários, expedidos no local do domicílio ou da sede da licitante, com prazo de validade em vigor na forma da lei, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT) em nome do interessado.

- 6.1.2.1. Será conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, com relação à comprovação de regularidade fiscal, tratamento diferenciado, nos termos dos **artigos 42 e 43, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06**. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no envelope de habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal exigidos, eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.





6.1.2.2. Estando vencida a certidão ou havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal/trabalhista será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.1.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) **Capacitação Técnico-Operacional (Da Empresa):** Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **que comprove (m) experiência nas atividades constantes do Memorial Descritivo, preponderantemente em relação aos seguintes serviços:**

- Laudos técnicos elétricos;
- Consultoria e Laudos NR10 e NBR 5410;
- Inspeções e diagnósticos de instalações elétricas prediais;
- Projetos de instalações elétricas de baixa tensão;
- Projetos de instalações elétricas de média tensão;
- Para-raios – aterramento e proteção elétrica (projetos SPDA);
- Projetos de iluminação e iluminação de interiores;
- Projetos de circuitos para rede estabilizada de equipamentos de informática.

b) **Capacitação Técnico-Profissional:** Indicação do pessoal técnico habilitado e disponível para realização do objeto, com qualificação dos membros que se responsabilizarão pelos trabalhos, composta de no mínimo 01 (um) profissional de cada uma das seguintes áreas/ atividades:

- Engenheiro Elétrico Sênior com registro no CREA
- Técnico Eletrotécnico Sênior
- Técnico Cadista

Deverá ser comprovado vínculo entre o Pessoal Técnico e a CONTRATADA. A comprovação far-se-á mediante apresentação da ficha de registro de empregados caso o funcionário faça parte do quadro permanente da empresa; por meio de apresentação do respectivo contrato de trabalho ou de prestação





de serviços ou, ainda, por outro documento idôneo à demonstração de que a interessada pode se valer da capacidade técnica dos profissionais indicados para a consecução do objeto da futura contratação; apresentação do contrato social em vigor, se o atestado estiver em nome de sócio ou proprietário da empresa.

- c) **Registro da empresa no CREA, com certificado vigente.**
- d) **Inscrição na entidade profissional competente** do pessoal técnico indicado no **item b**, sendo:
 - Inscrição no CREA, para Engenheiro.
 - **Termo de Vistoria Técnica (Anexo V)**

6.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento; ou Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
 - a.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da **homologação/deferimento** pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado (DRE) do último exercício social exigível, **devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado**, que comprovem a boa situação financeira da empresa. **As respectivas demonstrações financeiras** deverão estar **acompanhadas do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário** do exercício correspondente, **devidamente registrado** no órgão competente (**Junta Comercial ou órgão equivalente**).
- b.1) Para aquelas empresas com **obrigatoriedade ou adesão voluntária de entrega do SPED**, será aceito o **Recibo de Entrega de Livro Fiscal, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento e das Demonstrações Financeiras do último exercício social geradas a partir do próprio SPED**, devidamente assinadas digitalmente pelo





represente legal da empresa e contador;

b.2) Para aquelas empresas constituídas a menos de 01 (um) ano ou no exercício social vigente, admite-se **a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da empresa, devidamente assinados pelo seu representante legal e pelo contador responsável, em cópia autenticada ou via original.**

c) Demonstrações que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante será efetuada com base nos índices e resultados financeiros abaixo, extraídos do balanço apresentado na forma acima, a empresa deverá apresentar cumulativamente os seguintes requisitos:

c.1. Índice de Liquidez Geral = igual ou superior a 1 (um)

$$\text{ILG} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável de Longo Prazo})$$

$$/(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo de Longo Prazo}) \geq 1$$

c.2. Índice de Liquidez Corrente = igual ou superior a 1 (um)

$$\text{ILC} = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) \geq 1$$

c.3. Grau de Endividamento = igual ou menor que 0,80

$$\text{GE} = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}) / (\text{Ativo Total}) \leq 0,80$$

c.4. **Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital Social, com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do total estimado da prestação de serviços para o período de 12 (doze) meses.**

6.1.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração Municipal aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de abertura desta licitação.

6.1.6. Toda a Documentação exigida deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

6.2. O envelope 02 – **PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter:

a) A proposta comercial elaborada em 01 (uma) única via conforme modelo do **ANEXO II**, devidamente assinada e carimbada, considerando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.





07 DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1 Os envelopes deverão ser entregues até as **10h00min** do dia **30/05/2019**, impreterivelmente, em envelopes devidamente fechados e indevassáveis, com identificação da empresa licitante e o n°. deste convite, junto à Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP).

08 DO JULGAMENTO

- 8.1. No julgamento das propostas e, conseqüentemente, escolha da licitante a ser contratada, será levado em conta o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 8.2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será de conformidade com o artigo 45, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- 8.2.1. Nesta licitação será ainda assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos constantes nos artigos 44, §§ 1º e 2º e 45, incisos I, II, III, §§ 1º 2º da **Lei Complementar n° 123/06**.
- 8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas no ato convocatório, bem como, que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, em conformidade com o artigo 48 e incisos, da Lei 8.666/93.

09 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e conseqüente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10 DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

- 10.1. A licitante declarada vencedora, como condição à efetiva formalização do contrato, **sob pena de decair o direito à contratação**, deverá apresentar, em vias originais ou cópias autenticadas, os seguintes documentos:
- a) **DECLARAÇÃO** nos termos do modelo do **ANEXO IV** - Termo de Conhecimento e Adesão, assinada pelo representante legal da empresa.
- 10.2. Será promovida a verificação de sanções que impeçam a contratação, mediante consultas nos seguintes cadastros.





- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis).
Referente às consultas sobre suspensão, só serão inabilitadas as empresas que estiverem cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta do Município de Barueri, na data fixada para apresentação dos envelopes;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 10.2.1. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11 DA ASSINATURA DO CONTRATO, VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES.

- 11.1. O prazo para assinatura do respectivo instrumento contratual é de até 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação. A recusa injustificada da adjudicatária em assiná-lo, dentro do prazo estabelecido, acarretará no descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.
- 11.2. O prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato é de **60 (sessenta) dias**.
- 11.3. O atraso injustificado no prazo do início dos trabalhos importará no direito de a Câmara Municipal aplicar as penalidades estabelecidas na cláusula 16 deste edital.
- 11.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.
- 11.4.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 11.5. Será vedado à licitante vencedora ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o contrato.
- 11.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em





compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, **apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.**

12 DOS PREÇOS:

12.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante a vigência contratual.

13 DAS OBRIGAÇÕES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

13.1. A CONTRATADA obrigará-se à EXECUÇÃO dos serviços adjudicados conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, respectivo Memorial Descritivo e outros anexos.

13.1.1. Constatadas quaisquer irregularidades na execução do objeto, a Câmara Municipal de Barueri poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às condições exigidas, determinando sua regularização; e/ou determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.1.2. Os profissionais da empresa CONTRATADA não guardarão qualquer vínculo com a Câmara Municipal de Barueri, seja de ordem trabalhista e/ou previdenciária, respondendo civil, criminal e administrativamente, exclusivamente, por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE.

13.2. Caberá à CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar, através de gestor designado, a execução dos serviços contratados, de acordo com as condições constantes neste instrumento convocatório, com a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências.

14 DOS PAGAMENTOS

14.1. Os pagamentos serão efetuados conforme CRONOGRAMA DE ENTREGAS E PAGAMENTOS, constante no Anexo I deste MEMORIAL DESCRITIVO e do Anexo I da Minuta Contratual, ora anexada.

14.2. O pagamento somente será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, ser atestada pelo gestor contratual designado, condicionado à





verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada com os serviços efetivamente prestados.

- 14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 14.4. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, na agência e estabelecimento bancário indicado, por boleto bancário ou em carteira.
- 14.5. Em caso de eventuais atrasos de pagamento, se solicitado e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP Sendo:

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I= (6/100)/365

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela em atraso.

15 DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 15.1. As despesas para execução do contrato resultante deste Convite correrão por conta da seguinte dotação:

4.4.90.51.93 – Benfeitorias em propriedades de terceiros.

16 DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 16.1. Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- 16.1.1. Pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual dentro do prazo





estabelecido ou de retirá-lo dentro de sua validade, multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

- 16.1.2. Pelo atraso injustificado do prazo estipulado para prestação dos serviços, multa de 0,5% do valor do instrumento contratual, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias. O atraso superior a 10 (dez) dias caracterizará inexecução parcial do ajuste.
- 16.1.3. Pela inexecução parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do instrumento contratual.
- 16.1.4. Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do instrumento contratual.
- 16.2. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exige a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento, bem como da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.
- 16.3. O prazo para pagamento de multas será de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da infratora. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pela CONTRATANTE.
- 16.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

17 DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 17.1. A impugnação do Edital deverá ser por escrito, dirigida ao Presidente da Comissão de Licitações e protocolada junto à Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, no endereço constante do rodapé, das 08h00min às 17h00min, conforme preceitua o artigo 41, e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93.
- 17.2. Os recursos admissíveis quanto ao processamento e julgamento desta licitação acham-se previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93 e deverão ser dirigidos ao Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI, através da Comissão Permanente de Licitações, no endereço constante do rodapé, das 08h00min às 17h00min.





18 DA RESCISÃO

- 18.1. O contrato resultante desta licitação poderá ser rescindido unilateralmente pela CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI, nos termos do art. 77 e 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93; e ainda, amigavelmente e judicialmente, conforme artigo 79, incisos II e III, do mesmo diploma legal.
- 18.2. A rescisão contratual, na forma do subitem anterior, acarretará as consequências referidas no art. 80, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Em caso de a proposta ser enviada pelo correio, a licitante deverá mencionar no envelope: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI e o número da Carta Convite.
- 19.2. Não nos responsabilizamos por eventuais atrasos do Correio.
- 19.3. Fica reservada à CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI, a faculdade de revogar esta licitação, em caso de interesse público ou anulá-la por ilegalidade, não cabendo direito de indenização aos licitantes, com as ressalvas do artigo 49 e parágrafos da Lei 8.666/93.
- 19.4. A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI se reserva no direito de aceitar apenas parte do objeto discriminado, ou rejeitar todo, desde que haja conveniência para os serviços.
- 19.5. As empresas interessadas **deverão**, até a véspera da abertura, inspecionar as instalações da Câmara Municipal de Barueri, situada na Alameda Wagih Salles Nemer, nº 200, Centro Comercial de Barueri, contatando para agendamento a Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, através do telefone 4199-7900 **até o dia 29/05/2019**, das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min. Ao final da visita técnica, as empresas preencherão o **Termo de Vistoria Técnica** (Anexo V), fornecido pela Câmara Municipal de Barueri.
- 19.5.1 Em virtude do declínio da visita técnica deverá ser apresentada **Declaração de Responsabilidade**, devidamente assinada pelo representante legal da empresa (Anexo VI).
- 19.6. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas para efetivo atendimento do objeto licitado, tais como transporte, frete, pedágio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, dentre outros.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

- 19.7. Na contagem dos prazos mencionados neste instrumento convocatório, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.
- 19.8. Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser requeridas pelo interessado na CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI, à Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacoes@camarabarueri.sp.gov.br, telefax (11) 4199-7900.
- 19.9. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos na Câmara Municipal de Barueri, na Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, situada na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, telefax (11) 4199-7900.
- 19.9.1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.barueri.sp.leg.br.

LEANDRO PAULINO MUSSIO

Secretário de Planejamento e Gestão





CONVITE 002/2019- ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

01. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminação de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I.

1.1.1 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão abranger:

- Análise da documentação atual das instalações elétricas;
- Análise do projeto arquitetônico para identificação dos ambientes de uso, das áreas de utilidades e de acesso restrito;
- Análise do Prontuário NR10 atual;
- Inspeções e diagnósticos de instalações elétricas prediais;
- Inspeção e análise das instalações de SPDA e aterramentos;
- Inspeção e análise da iluminação de interiores;
- Verificação da individualização de circuitos para rede estabilizada de equipamentos de informática;
- Análise de criticidade de ambientes de uso misto (Prédio Anexo) e locais de grande afluência de público (Plenário e Plenarinho);
- Redação do Laudo NR10;
- Projeto de adequação das instalações elétricas de baixa tensão;
- Projeto de adequação das instalações elétricas de média tensão;
- Consolidação do Prontuário da NR10 e do Prontuário das Instalações Elétricas.





02. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO:

2.1. Análise da documentação atual das instalações elétricas

- I. Verificação da documentação original em formato DWG (2007), para identificar as definições do projeto original da Câmara (2007) relativos à média tensão, baixa tensão, SPDA, iluminação, combate a incêndio, gerador de emergência, com especial atenção para os quadros de distribuição e seccionamento e características dos cabamentos e cargas originais.

2.2. Análise do projeto arquitetônico para identificação dos ambientes de uso, e das áreas de utilidades e de acesso restrito

- I. Verificação da documentação original em formato DWG (2007), em contraponto à situação atual dos ambientes;
- II. Do resultado da análise deve constar a topologia atual simplificada dos ambientes do trabalho (registrada em forma de croquis com nome do ambiente, tipo de uso, número de funcionários e de equipamentos se houver) onde estão os dispositivos e as cargas a serem levantadas como base para os projetos e média e alta tensão.

2.3. Análise do Prontuário NR10 atual

- I. Inspeção nas documentações existentes do *Prontuário NR10* (se houver);
- II. Inspeção nas documentações existentes do *Prontuário das Instalações Elétricas* (se houver);
- III. Análise da documentação comprobatória da qualificação, habilitação e capacitação dos funcionários que atuam na área de eletricidade;
- IV. Verificação da efetividade das medidas de controle e proteção;
- V. Verificação do cumprimento das medidas de segurança em projeto;
- VI. Demais pontos relevantes da NR10.

2.4. Inspeções e diagnósticos de instalações elétricas prediais

- I. Inspeção visual das instalações elétricas, com levantamento das não conformidades relacionadas ao atendimento às normas relacionadas à NR 10;
- II. Medidas de proteção contra ocorrência de choques elétricos;





- III. Seleção e instalação das linhas elétricas;
- IV. Presença de dispositivos de proteção, seccionamento e comando;
- V. Adequação dos componentes e das medidas de proteção às condições de influências externas existentes;
- VI. Identificações dos componentes e circuitos;
- VII. Presença das instruções, sinalizações e advertências requeridas;
- VIII. Execução das conexões;
- IX. Inspeção geral nas cabines de média tensão, no gerador de emergência e no nobreak, e respectivos quadros;
- X. Verificação dos dispositivos de proteção e de manobra nos circuitos de alimentação principal e secundário.

2.5. Inspeção e análise das instalações de SPDA e aterramentos

- I. Análise de Risco conforme NBR 5419:2015;
- II. Medição ôhmica das resistências de todos os pontos de inspeção do Sistema de Aterramento;
- III. Avaliação técnica de toda a instalação, incluindo avaliação da deterioração e corrosão dos captosres, condutores de descida e conexões; avaliação das condições das equipotencializações; avaliação dos eletrodos de aterramento; avaliação da integridade física dos condutores do eletrodo de aterramento para os subsistemas de aterramento não naturais;
- IV. Avaliação da quantidade de descidas para atendimento à nova norma.

2.6. Inspeção e medição da iluminação de interiores

- I. Verificação da documentação original em formato DWG (2007);
- II. Verificação dos níveis de iluminância de alguns espaços da Câmara, por amostragem, para subsidiar o posterior projeto de revisão da iluminância de todos os espaços interiores. Incluir pelo menos um gabinete, uma dependência administrativa, uma dependência política, o Plenário, o Plenarinho e a sala de controle do CFTV.

2.7. Verificação da individualização de circuitos para rede estabilizada de equipamentos de informática;





- I. Levantar por amostragem em áreas administrativas da Câmara o estado atual da individualização de circuitos para a rede estabilizada para equipamentos de informática, bem como o uso correto dos equipamentos nobreak ligados aos computadores.

2.8. Análise de criticidade de ambientes de uso misto (Prédio Anexo) e locais de grande afluência de público (Plenário e Plenarinho)

- I. Avaliar, segundo a NR10, a convivência de equipamentos de média tensão e gerador (no térreo), com salas de pessoal administrativo (no 1º andar);
- II. Avaliar, segundo a NBR 13570, as instalações elétricas do Plenário da Câmara Municipal de Barueri;
- III. Avaliar se o Plenarinho se enquadra nas definições da NBR 13570.

2.9. Redação do Laudo NR10

- I. Mapa de estudo das não conformidades, classificando-as por criticidade e indicando as medidas emergenciais ou prévias a serem executadas para o enquadramento da Câmara na legislação;
- II. Laudo fotográfico com todas as não conformidades encontradas;
- III. Laudo termográfico com análise de todos os quadros, painéis e cabines da Câmara, com indicação de pontos com anomalias.
- IV. Relatório das necessidades de adequação à NR10, indicando prioridades de execução que deverão ser confirmadas com a CONTRATANTE;
- V. Elaboração do cronograma estimativo para a realização das adequações;
- VI. Recolhimento de ART para Laudo NR10;
- VII. Resumo final sobre as condições encontradas nas instalações elétricas da Câmara, indicando as legislações pertinentes e as responsabilidades pessoais e patrimoniais envolvidas;
- VIII. Impressão em formato pdf, A4, colorida e encadernada, mais o respectivo arquivo digital.





2.10. Projetos de adequação das instalações elétricas da Câmara

Para a realização destes projetos executivos deve-se levar em conta a maior segurança e confiabilidade possíveis do sistema elétrico. Partindo desta premissa, exemplificamos:

- é mais seguro e confiável reprojeter um quadro de distribuição mais adequado e moderno do que tentar viabilizar uma modificação significativa do quadro existente;
- na dúvida sobre a confiabilidade e adequação às normas do cabeamento elétrico num dado espaço, ou sobre a individualização de circuitos de rede estabilizada, é mais seguro e confiável projetar um novo sistema de cabeamento;
- é necessária uma atenção especial aos locais de maiores desvios da situação atual comparada à documentação original de 2007.

Estes projetos deverão contemplar pelo menos os seguintes itens:

- I. Detalhamento técnico propriamente dito;
- II. Indicação de materiais e equipamentos, de preferência certificados, a serem utilizados nos projetos de execução, que atendam às normas considerando qualidade, baixo custo de manutenção e maior vida útil;
- III. Definição de cronograma estimativo da posterior fase de execução, incluindo as horas de comissionamento para acompanhamento da execução e para acompanhamento e conferência dos materiais e sua adequação e certificação;
- IV. Emissão de ART.

A. Projeto de adequação das instalações – baixa tensão:

- I. Dimensionamento/ Revisão Luminotécnica/ Iluminância para os ambientes internos e externos;
- II. Distribuição dos Circuitos de Força e Iluminação;
- III. Dimensionamento das Bitolas dos Cabos Elétricos;
- IV. Dimensionamento da Infraestrutura para comportar os Cabos Elétricos dos Circuitos de Força e Iluminação;





- V. Projeto e dimensionamento da rede estabilizada para equipamentos de informática;
- VI. Projeto eletromecânico e dimensionamento básico dos quadros elétricos;
- VII. Projeto da seletividade das instalações elétricas;
- VIII. Projeto e cálculo de ATPV;
- IX. Diagrama unifilar geral com todas as informações pertinentes e necessárias a execução do projeto conforme NBRs e NR-10;
- X. Projeto e dimensionamento das proteções (Disjuntores/ DRs/ DPSs);
- XI. Traçado, dimensionamento e especificação dos condutos;
- XII. Representação simbólica dos condutores, nos condutos, com identificação das respectivas seções, especificações e circuitos a que pertencem;
- XIII. Localização das caixas, suas dimensões e especificações;
- XIV. Dimensionamento e identificação do aterramento e equipotencialização com identificação e dimensão dos componentes;
- XV. Simbologia e convenções adotadas - legenda;
- XVI. Esquemas elétricos unifilar e multifilar, discriminando os circuitos;
- XVII. Indicação dos pontos alimentação para equipamentos de de ar-condicionado;
- XVIII. Esquemas elétricos com dimensionamento para comandos de motores e bombas com os respectivos detalhamentos;
- XIX. Demais itens pertinentes conforme NR-10 e demais normas aplicáveis.

B. Projeto de adequação das instalações – média tensão:

- I. Dimensionamento de Nobreak para TI;
- II. Previsão para instalação de grupo gerador para 100% da carga (a ser definida no projeto elétrico de baixa tensão);
- III. Elaboração de Projeto Elétrico (*as built*) para adequar a Cabine Primária de Energia Elétrica em Média Tensão de acordo com as cargas a serem redefinidas na Planta Arquitetônica fornecida pela CONTRATANTE;
- IV. Reavaliar o Projeto do Centro de Medição, propondo eventual adequação a ser desenvolvido de acordo com as Normas e Padrões da ENEL; caso necessário, encaminhar para Análise e Aprovação, contando com acompanhamento especializado até a obtenção da referida Aprovação, incluindo:





- a. Cabine primária de entrada de energia (medição, proteção e distribuição - padrão ENEL);
- b. Redes subterrâneas/aéreas interligando a rede externa à Cabine de Medição / Cabine de Transformação (reavaliação);
- c. Cabine de Transformação;
- d. Detalhamento das montagens da cabine primária;
- e. Detalhamento das montagens da rede aérea de distribuição MT;
- f. Detalhamento da rede de dutos subterrâneos/aéreos e caixas de passagem;
- g. Detalhamento da malha de aterramento;
- h. Relação das cargas/consumo para aumento previsto da demanda;
- i. Projeto de coordenação e seletividade da proteção – dependendo do projeto de baixa tensão;
- j. Diagramas unifilares da cabine primária e do sistema elétrico de 15 kV (atendimento à CONCESSIONÁRIA, NBR 14039 DA ABNT E NR-10 do MTE).

2.12. Consolidação do Prontuário da NR10 e do Prontuário das Instalações Elétricas

- I. Consolidar toda a documentação levantada e/ou preparada até o final dos projetos de adequação das instalações elétricas, gerando um Relatório das Instalações Elétricas, contendo um índice de todos os itens importantes para a NR10;
- II. Relacionar os itens que ainda precisarão ser complementados pela Câmara.

03. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 3.1. O prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato é de 60 (sessenta) dias, iniciando-se a execução após a assinatura do contrato.

04. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1. Iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato, iniciando pela coleta de informações técnicas;





- 4.2. Fornecer à CONTRATANTE uma relação de todas as informações que serão necessárias nos levantamentos iniciais e nas entrevistas técnicas;
- 4.3. Cumprir o Cronograma de Entregas e Pagamentos definido no item 6.1 deste Memorial Descritivo.
- 4.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação;
- 4.5. Cumprir os demais serviços constantes na proposta e no projeto apresentado na licitação;
- 4.6. Atender às orientações e as determinações dos gestores do contrato;
- 4.7. Realizar os projetos de acordo com as Normas Técnicas Vigentes, empregando profissionais habilitados conforme item 6.1.3 do Edital;
- 4.8. Manter a Confidencialidade de todas as informações e dados da CONTRATANTE que venha a ter acesso durante a execução dos Projetos;
- 4.9. Recolher os impostos que incidirem sobre as Notas Fiscais a serem emitidas de acordo com os pagamentos acordados;
- 4.10. Fornecer os projetos em arquivos eletrônicos no formato DWG e 1 cópia física em papel.

05. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1. Fornecer o Projeto Arquitetônico original de 2007, em formato DWG;
- 5.2. Fornecer o Projeto das Instalações Elétricas original de 2007, em formato DWG;
- 5.3. Assegurar à **CONTRATADA** o acesso às informações necessárias para o dimensionamento de cargas, incluindo:
 - a) projeto de alarme e incêndio;
 - b) levantamentos da infraestrutura do ar condicionado, incluindo as previsões de crescimento;
 - c) levantamento dos requisitos para individualização de circuitos da rede estabilizada para equipamentos de informática, incluindo configuração padronizada prevista para os diversos ambientes de trabalho da Câmara, com os equipamentos que precisam estar na rede estabilizada, os que não podem estar nesta rede, e aqueles que necessitam de pontos de energia e/ou circuitos





individuais, como impressoras laser e carregadores de celulares, bem como as informações quantitativas para o correto dimensionamento de um equipamento de alta disponibilidade e proteção de energia (nobreak) específico para esta rede estabilizada e/ou para o datacenter onde residem os servidores, storage e equipamentos de comunicação;

- 5.4. Acompanhar as atividades da CONTRATADA e garantir o acesso a todas as áreas por ela indicadas, mesmo em horários fora do horário padrão de trabalho (equipes de Manutenção);

06. DO CRONOGRAMA DE ENTREGAS E PAGAMENTOS:

- 6.1. Os serviços serão pagos conforme cronograma de pagamentos a seguir:

EVENTO	ENTREGA	PRAZO	PAGAMENTO
1	Coleta de informações (levantamento de campo) listagem de documentos a serem providenciados pela Câmara	Até 10 dias após assinatura do Contrato	20% sobre o valor total do Contrato
2	Entrega do Laudo / Relatório NR-10	Até 15 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
3	Entrega do laudo / Relatório SPDA	Até 15 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
4	Entrega do relatório Iluminância	Até 20 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
5	Entrega dos Projetos Básicos de Adequação das Instalações	Até 30 dias após assinatura do Contrato	20% sobre o valor total do Contrato
6	Projeto de adequação da Cabine Primária de MT	Até 45 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
7	Entrega dos Projetos Executivos de Adequação das Instalações	Até 60 dias após assinatura do contrato	20% sobre o valor total do Contrato





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

CONVITE 002/2019- ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:	
Endereço:	
Nº. CNPJ:	Insc. Estadual
Inscr. Municipal	Contato:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal	
RG:	CPF:

QUANT	UNID.	OBJETO	VALOR TOTAL
		Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminação de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I (Conforme memorial descritivo)	
		VALOR TOTAL DA PROPOSTA	





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

DAS DECLARAÇÕES:

Declaramos não existir nenhum fato impeditivo que obste esta empresa a contratar com a Administração Pública.

Declaramos, também, não existir em nosso quadro de pessoal menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze, consoante inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Declaramos, por fim, sob as penas da lei, que não existem em nosso quadro de sócios, gerentes ou diretores, nenhum titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Barueri, ou ainda, de cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau dos titulares de mandato eletivo no Município de Barueri.

- Prazo de validade da proposta: _____
- Nome do banco: _____
- Número da agência _____ Nº conta corrente _____
- Nome do proponente (pessoa jurídica) _____

Local, data.

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

(CARIMBO)





CONVITE 002/2019- ANEXO III

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate, bem como obter prazo para regularização da documentação de regularidade fiscal no procedimento licitatório da Carta Convite nº **002/2019** realizado pela CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI.

Barueri,

Assinatura do Representante Legal

NOME DO REPRESENTANTE: _____

RG DO REPRESENTANTE: _____





CONVITE 002/2019- ANEXO IV

AQ_D2/001 - TERMO DE CONHECIMENTO E ADESÃO

Declaramos conhecer a Política do Sistema Integrado de Gestão fundamentado nos requisitos das Normas ISO 9001:2008, SA 8000:2008 e ISO 14001:2004 e, ainda, a Política de Ação de Reparação para os casos de jovem trabalhador, trabalho infantil e trabalho forçado disponíveis no site www.camarabarueri.sp.gov.br e, na qualidade de FORNECEDOR, expressamos nossa adesão aos seus princípios.

Concordamos em prestar informações à CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI no que se diz respeito às **relações de negócios relevantes com outros fornecedores/subcontratados e subfornecedores**, se necessário.

Em decorrência, assumimos a responsabilidade de atender aos requisitos de **trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança ocupacional, liberdade de associação e direito a negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho e remuneração e sistemas gerenciais**, como previsto pela Norma SA 8000:2008.

_____, _____ de _____ de 2019.

NOME DA EMPRESA: _____

NOME DO REPRESENTANTE: _____

ASSINATURA: _____





CONVITE 002/2019- ANEXO V

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

A empresa _____

inscrita no CNPJ sob o número _____ por seu representante infra-assinado, declara que vistoriou em ____/____/____ as dependências da Câmara Municipal de Barueri, onde serão prestados os serviços relacionados à área de Manutenção (**Revisão da Infraestrutura elétrica da Câmara**), conforme especificado e condicionado no Memorial Descritivo – Anexo I do **Convite 002/2019**, dirimindo todas as dúvidas com relação às questões técnicas relativas à infraestrutura e ao escopo das especificações do objeto, tomando ciência de todas as informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta para execução dos serviços em questão, não cabendo posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou acréscimo no preço por falta de informação.

A empresa se compromete a manter as informações levantadas sob estrita confidencialidade.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA – SETOR DE MANUTENÇÃO

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE





CONVITE 002/2019 - ANEXO - VI

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI E A EMPRESA

Pelo presente termo de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**, com sede na Alameda Wagih Salles Nemer, n.º 200, Centro, Barueri (SP), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.289.000/0001-30, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. **FÁBIO LUIZ DA SILVA RHORMENS**, portador da cédula de identidade RG 25.427.551-5 SSP/SP, e inscrito no CPF do MF sob o n.º 199.296.138-70, com delegação para o Secretário Geral, Sr. **JONAS DA SILVA GOMES**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade RG n.º 42.716.318-3 SSP/SP, inscrito no CPF do MF sob o n.º 328.914.068-77 (conforme delegação através da Portaria nº 070/2019), ora denominada simplesmente de **CÂMARA** ou **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa, com sede à, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada pelo seu, (qualificação), portador da cédula de identidade RG nº xxxxxx SSP/SP, inscrito no CPF do MF sob o nº, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Carta Convite nº 002/2019 e seu resultado final, com fundamento na Lei 8.666/93, e demais legislações correlatas, resolve celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

01 DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminância de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a





posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I.

- 1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Carta Convite nº **002/2019**, seu respectivo Memorial Descritivo e demais Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

02 DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global conforme previsto no artigo 10º, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93.

03 DAS OBRIGAÇÕES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

- 3.1. A Contratada obrigará-se a executar o objeto adjudicado **conforme especificações e condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos, e especialmente no Memorial Descritivo constante no instrumento convocatório**, e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, aquelas constantes do Memorial Descritivo e instrumento convocatório.
 - 3.1.1. Constatadas quaisquer irregularidades na execução do objeto, a Câmara Municipal de Barueri poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às condições exigidas, determinando sua regularização; e/ou determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 - 3.2. Os profissionais da empresa CONTRATADA não guardarão qualquer vínculo com a Câmara Municipal de Barueri, seja de ordem trabalhista e/ou previdenciária, respondendo civil, criminal e administrativamente, exclusivamente, por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento dos serviços pela CONTRATANTE.
 - 3.3. Será vedado à licitante vencedora ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o contrato.
 - 3.4. De acordo com o que lhe enquadrar, a CONTRATADA deverá atender a todas as normatizações e exigências relativas ao Sistema da Qualidade ISO 9001:2008, SA





8000:2008 e ISO 14001:2004, em especial as previstas no ANEXO V deste contrato.

04 DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE:

- 4.1. O valor total do presente contrato importa em **R\$ (.....)**.
- 4.2. No valor acima informado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
- 4.3. O valor total do contrato está dividido em parcelas, cada uma delas correspondendo a uma entrega específica, conforme planilha **“Cronograma de Entregas e Pagamentos”** do Anexo I.

05 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 5.1. Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma de entregas, conforme planilha **“Cronograma de Entregas e Pagamentos”** do Anexo I.
- 5.2. Cada pagamento somente será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, ser atestada pelo gestor contratual designado, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada com os serviços efetivamente prestados.
- 5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.4. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade da Contratada, na agência e estabelecimento bancário indicado, por boleto bancário ou em carteira.
- 5.5. Em caso de eventuais atrasos de pagamento, se solicitado e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso,





apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM= Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I=(6/100)/365$$

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP= Valor da parcela em atraso

06 DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato é de **60 (sessenta)** dias, contados a partir de sua respectiva assinatura.
- 6.2. A periodicidade para execução dos serviços, durante a vigência do contrato, deverá obedecer aos prazos constantes no Memorial Descritivo.
- 6.3. O atraso injustificado no prazo do início dos trabalhos importará no direito da Câmara Municipal aplicar as penalidades estabelecidas na cláusula 10 deste contrato.

07 DOS RECURSOS FINANCEIROS:

- 7.1. As despesas para execução do contrato resultante deste Convite correrão por conta da seguinte dotação:

4.4.90.51.93 – Benfeitorias em propriedades de terceiros.

08 DA FISCALIZAÇÃO:

- 8.1. Caberá à CONTRATANTE acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar, através do gestor designado, a execução do contrato, de acordo com as condições constantes neste instrumento convocatório, com a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências.
- 8.2. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à





CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

- 8.3. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

09 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

- 9.1. Nos termos do artigo 65, §1º, da Lei 8.666, de 1993, a empresa CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.
- 9.1.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 10.1. Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- 10.1.1. Pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido ou de retirá-lo dentro de sua validade, multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 10.1.2. Pelo atraso injustificado, do prazo estipulado para prestação dos serviços, multa de 0,5% do valor do instrumento contratual, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias. O atraso superior a 10 (dez) dias caracterizará inexecução parcial do ajuste.
- 10.1.3. Pela inexecução parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do instrumento contratual.
- 10.1.4. Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do instrumento contratual.
- 10.2. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento, bem como da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.





- 10.3. O prazo para pagamento de multas será de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da infratora. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo Contratante.

11 DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 11.1. Inadimplência parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o presente CONTRATO nos termos desta Cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste CONTRATO e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 11.2. O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no **artigo 78 da Lei nº 8.666/93**.
- 11.3. A rescisão deste contrato poderá ser determinada:
- I - Por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93.
 - II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - Judicial, nos termos da legislação.
- 11.4. No caso de rescisão por razões de interesse público, a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, aviso prévio, com antecedência de 10 (dez) dias.
- 11.5. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 11.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 11.7. Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12 DOS GESTORES DO CONTRATO:

- 12.1. Fica designado o servidor (Gestor Oficial), como representante da Câmara





Municipal de Barueri, para o encaminhamento de quaisquer questões que possam surgir durante a execução deste contrato.

- 12.1.1. Por ocasião de férias ou afastamento do gestor oficial, fica designado como Gestor Substituto o servidor
- 12.1.2. Na ausência de ambos, ficará automaticamente responsável a Chefia imediata do Gestor Oficial.
- 12.2. As funções do gestor, dentre outras, envolvem o acompanhamento e supervisão da realização dos serviços contratados, aprovação dos relatórios de serviços emitidos pela contratada, aprovação das Notas Fiscais para o processamento dos pagamentos decorrentes, bem como, supervisionar a conformidade dessa empresa frente aos requisitos da Norma SA 8000 de Responsabilidade Social.
- 12.3. Será entregue ao Gestor do Contrato, através da Divisão de Contratos, Licitações e Suprimentos, cópia do Contrato e Termo de Referência e também disponibilizado o **Manual de Gestão de Contratos da Câmara Municipal de Barueri**, com as instruções necessárias para fiscalização do Contrato.

13 DA PUBLICAÇÃO:

- 13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste CONTRATO na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 14.1. O presente contrato é regido pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal 8.883, de 08 de junho de 1994.
- 14.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Complementar n.º 123, de 2006, e 147, de 2014; na Lei n.º 8.666, de 1993, Lei Federal 8.883, de 1994, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.
- 14.3. Fica fazendo parte deste contrato, o Edital da **Carta Convite 002/2019**.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

- 14.4. Na contagem dos prazos mencionados neste contrato, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.
- 14.5. A Contratada deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme exigência do **artigo 55, inciso XIII, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.**
- 14.6. Correrão por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento do objeto licitado, tais como transporte, frete, pedágio, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, dentre outros.
- 14.7. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Barueri, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas da execução da presente avença.

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas deste contrato, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Em _____ de _____ de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Contratante

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2)





CONTRATO 000/2019 – ANEXO I

CRONOGRAMA DE ENTREGAS E PAGAMENTOS

EVENTO	ENTREGA	PRAZO	PAGAMENTO
1	Coleta de informações (levantamento de campo) listagem de documentos a serem providenciados pela Câmara	Até 10 dias após assinatura do Contrato	20% sobre o valor total do Contrato
2	Entrega do Laudo / Relatório NR-10	Até 15 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
3	Entrega do laudo / Relatório SPDA	Até 15 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
4	Entrega do relatório Iluminância	Até 20 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
5	Entrega dos Projetos Básicos de Adequação das Instalações	Até 30 dias após assinatura do Contrato	20% sobre o valor total do Contrato
6	Projeto de adequação da Cabine Primária de MT	Até 45 dias após assinatura do Contrato	10% sobre o valor total do Contrato
7	Entrega dos Projetos Executivos de Adequação das Instalações	Até 60 dias após assinatura do contrato	20% sobre o valor total do Contrato





CONTRATO 000/2019 – ANEXO II

AQ_D2/002 – POLÍTICA DE AÇÃO DE REPARAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

A **Câmara Municipal de Barueri** não admite a utilização de mão-de-obra infantil em suas atividades. O compromisso da Câmara de não utilizar mão-de-obra infantil ou incentivá-la, bem como ações para reparação de crianças que forem encontradas trabalhando em situações que se enquadrem na definição de trabalho infantil, se estende aos seus fornecedores. Portanto, caso seja encontrado trabalhador infantil na Câmara, ou em seus fornecedores, a Ação de Reparação deve ser aplicada, seguindo os seguintes passos:

- a) retirar imediatamente a criança do trabalho;
- b) contratar um membro da família, podendo ser os pais ou irmãos, ou fornecer apoio financeiro de modo que não se comprometa a renda familiar durante o período da Ação de Reparação;
- c) verificar se o trabalhador infantil está estudando; caso não esteja, a Câmara deve oferecer totais condições para ele frequentar a escola até atingir a idade de jovem trabalhador e assim poder voltar a trabalhar. No período em que o adolescente se enquadre como jovem trabalhador, a Câmara deve respeitar que o horário de trabalho não combine com o horário escolar, e que as horas combinadas de transporte diário, período escolar e horário de trabalho não excedam 10 horas por dia. Em nenhuma hipótese os trabalhadores jovens podem trabalhar mais que 8 horas por dia e durante horário noturno.

A Câmara ainda não deve expor crianças ou trabalhadores jovens a situações dentro ou fora do local de trabalho que sejam perigosas, inseguras ou insalubres.

EMPRESA





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

CONTRATO 000/2019 – ANEXO III

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Município: **BARUERI**

Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**

Nome:	FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS
Cargo:	PRESIDENTE
R.G. n.º:	25.427.551-5 SSP/SP
C.P.F. n.º	199.296.138-70
Endereço Residencial:(*)	Praça Oiapoque, 360, Alphaville – Barueri
Endereço Comercial:	Alameda Wagih Salles Nemer, 200 – Barueri
Telefone:	(11) 4199-7945
E-mail:	fabiorhormens@hotmail.com
E-mail profissional:	fabiaovereador@camarabarueri.sp.gov.br

(*) Não deve ser o endereço do Órgão/Poder. Deve ser o endereço onde puder ser encontrado caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.





CONTRATO 000/2019 – ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**

CONTRATADA:

CONTRATO Nº: **000/2019**

OBJETO:

Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminação de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I.

ADVOGADO: LUCAS RAFAEL NASCIMENTO – OAB/SP 264.968

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

interessados.

LOCAL e DATA: **BARUERI**, ____ DE _____ DE 2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Nome e cargo: FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS - Presidente

E-mail institucional: fabiaovereador@camarabarueri.sp.gov.br

E-mail pessoal: fabiorhormens@hotmail.com

Assinatura por delegação: _____

CONTRATADA:

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____





CONTRATO 000/2019 – ANEXO V

SISTEMA NORMATIVO GESTÃO QUALIDADE

01 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

1.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências impostas pelas legislações federal, estadual e municipal, com relação à segurança, higiene e medicina do trabalho, particularmente aquelas pertinentes à Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978, onde estão contidas as 36 Normas Regulamentadoras - NR.

1.1.1. A CONTRATADA é responsável pela prática das NRs, assim como das consequências que derivem do seu não cumprimento, tanto no que se refere aos seus empregados como às subcontratadas ou colaboradores que, previamente autorizados, venha a contratar durante a execução do objeto contratual.

1.2. A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados, exigindo e fiscalizando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e/ou Coletivo (EPC), certificados e aprovados pelo Ministério do Trabalho, observando as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme legislação vigente.

1.3. A CONTRATADA deverá apresentar no início da prestação dos serviços, e manter no local onde os serviços serão prestados, os seguintes documentos:

1.3.1. Antes de iniciar as suas atividades:

a. Indicar um representante legal ou uma liderança sênior à CONTRATANTE, o qual deve, quando da assinatura do contrato, e dos formulários AQ_D2001 - Termo de Conhecimento e Adesão e AQ_D2002 – Política de Ação e Reparação ao Trabalho Infantil, entregar a seguinte documentação:

b. Ficha contendo dados cadastrais do(s) empregado(s), tais como nome completo, RG, CPF, data de nascimento, telefone, endereço e atividades que irá(ão) desenvolver nas dependências da CONTRATANTE. Esta Ficha deverá permanecer no local da





prestação do serviço, junto ao gestor do contrato, para identificação do cargo para o qual o empregado foi contratado;

1.3.1.1. Os funcionários deverão estar de acordo com a NR 18, com base na descrição da função que será exercida e nos requisitos legais obrigatórios;

1.3.2. No primeiro dia de trabalho, antes de iniciar as atividades:

1.3.2.1. Apresentar-se junto com sua equipe à Divisão de Segurança e Zeladoria e ao Setor de Saúde e Segurança do Trabalho, tendo em mãos:

- a. Lista atualizada dos funcionários alocados na atividade;
- b. Crachá de Identificação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, nº de registro e/ou nº de documento de identificação, data de admissão e função;
- c. Listagem comprobatória da distribuição gratuita aos empregados envolvidos no Contrato, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e/ou Coletivo (EPC), e de uniformes.

1.4. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos os acidentes do trabalho/doenças ocupacionais, observando as Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, conforme legislação vigente, relacionadas às pessoas por ela empregadas, direta ou indiretamente para a execução do objeto contratual.

1.5. Em caso de Acidentes Graves ou com Potencial de Gravidade (art. 21 da Lei n. 8.213/91) a CONTRATADA deverá preencher a Comunicação de Acidentes do Trabalho – CAT, bem como, emitir o Relatório de Investigação de Acidentes contendo documentos comprobatório sobre: EPI's, Treinamentos e a “Ata de Reunião Extraordinária da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)”, devidamente assinado por profissional responsável, pertencente ao SESMT (Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho) da CONTRATADA ou seu representante legal.

1.6. Cópia das documentações referidas nos itens 6.4 e 6.5 deverão ser enviadas ao SESMT da CONTRATANTE, via carta, com prazo máximo de quatro dias após a sua ocorrência. Caso a CONTRATADA não seja obrigada a manter Serviço de





Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, ela deverá apresentar esse Relatório assinado pelo Presidente da CIPA que abranja as dependências do prédio em questão.

- 1.7. Com relação aos acidentes inerentes às atividades executadas, a CONTRATADA deverá relatar em uma planilha todos os acidentes ocorridos durante a vigência do contrato, encaminhando uma cópia da planilha ao Setor de Saúde e Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, através do e-mail mendes@camarabarueri.sp.gov.br.
- 1.8. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos a imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula ou infração a quaisquer deveres relativos a Segurança e Medicina do Trabalho, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.
- 1.9. REUNIÃO DE PRÉ-TRABALHO - A reunião de pré-trabalho é obrigatória. Antes do início do trabalho (atividades que envolvam riscos de acidentes) os representantes da CONTRATADA devem se reunir com os representantes da Câmara para uma reunião preparatória, a fim de assegurar a correta compreensão das disposições relativas a Saúde, Segurança, Meio Ambiente, proteção contra incêndio, autorizações e requisitos operacionais. A reunião também cobrirá os materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho, riscos operacionais, EPIs que serão utilizados, questões relativas a meio ambiente, liberações necessárias e treinamentos. Esta reunião deverá ser registrada em ata.
- 1.10. REUNIÃO DE ORIENTAÇÃO - A reunião de orientação é obrigatória. Os participantes da reunião devem ser todos os empregados da CONTRATADA, Subcontratada e fornecedores que irão desempenhar atividades que envolvam riscos de acidentes ao trabalhador nas dependências da Câmara.
 - 1.10.1. Nenhuma empresa pode iniciar suas atividades de trabalho antes desta reunião que tem por objetivo mostrar aos empregados os riscos do trabalho, as medidas preventivas, os EPIs a serem utilizados e os procedimentos a serem cumpridos.





- 1.10.2. A reunião de orientação será apresentada pela CIPA da Câmara e pelo Responsável pela CONTRATADA, poderá incluir retroprojektor, vídeos, ou outros materiais preparados.

02 RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.1. Das Obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:

- 2.1.1. A CONTRATADA se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato.
- 2.1.2. A CONTRATADA se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19/12/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2.1.3. A CONTRATADA se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22:00 h às 05:00 h.
- 2.1.4. A ocorrência de trabalho nestas condições será considerada infração grave e facultará à CONTRATANTE a imediata rescisão de pleno direito do Contrato, sem prévio aviso ou qualquer indenização à CONTRATADA.
- 2.1.5. A CONTRATADA se obriga ainda, a divulgar entre seus fornecedores e subcontratadas, o compromisso assumido, incentivando sua adoção; e a apresentar a documentação de seus fornecedores e subcontratados, quando requerido pela CONTRATANTE.
- 2.1.6. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à





imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.

03 MEIO-AMBIENTE

- 3.1. A CONTRATADA deverá, durante a execução do objeto contratual, respeitar a legislação ambiental vigente, observando todas as normas existentes e se empenhar em desenvolver métodos de atuação que não perturbem o meio ambiente, responsabilizando-se por obter previamente as devidas autorizações das autoridades competentes.
- 3.2. A CONTRATADA, quando for o caso, deve remover, logo após o término do Contrato, toda embalagem, entulho, madeira, sobra de material, etc., transportando-os para fora das áreas da CONTRATANTE, mantendo as dependências desta em perfeita condição de conservação e limpeza, respondendo, ainda, por possíveis despesas e respeitando as exigências da Secretaria de Estado e do Meio Ambiente, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico e de outros órgãos governamentais afins, sob pena de violação do Contrato e a incidência de multa.
- 3.3. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, por escrito, sempre que a preparação, execução ou término do objeto contratado envolva possível prejuízo ao meio ambiente, inclusive descrevendo os procedimentos escolhidos e fundamentando riscos, responsabilizando-se pelos danos ao meio ambiente decorrente da execução do objeto contratado.
- 3.4. A CONTRATADA se obriga a manter a CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à imagem, etc., decorrentes de qualquer violação a esta Cláusula ou infração a quaisquer deveres relativos ao meio ambiente, que venha a ser alegada em função da execução do Contrato.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

- 3.5. A violação, total ou parcial, de qualquer disposição desta Cláusula, será considerada infração grave e facultará à CONTRATANTE a imediata rescisão de pleno direito do Contrato, sem prévio aviso ou qualquer indenização à CONTRATADA.





CONTRATO 000/2019 - ANEXO – VI

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

CNPJ: 06.289.000/0001-30

CONTRATADA:

CNPJ:

CONTRATO N°: 000/2019

DATA DA ASSINATURA: ____ DE _____ DE 2019

VIGÊNCIA: 60 dias

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia Elétrica, com a finalidade de realizar inspeções, diagnóstico e emissão de laudos técnicos elétricos (compreendendo adequações à norma NR10, às normas de instalações elétricas de média tensão – NBR 14039 e de baixa tensão – NBR 5410, de SPDA – NBR 5419:2015 e de iluminação de interiores – NBR 5413, e demais pertinentes), seguindo-se a preparação de projetos executivos de engenharia elétrica (baixa e média tensão) acompanhados de toda a documentação técnica necessária, incluindo adequação do Prontuário NR10, de modo a permitir a posterior contratação, numa nova licitação, de obra que implemente as recomendações contidas nos laudos e nos projetos executivos (revisão geral da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Barueri), conforme descrito e quantificado no Memorial Descritivo do Anexo I.

VALOR: R\$

DECLARO (AMOS), na qualidade de RESPONSÁVEL (IS) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontra-se no respectivo processo administrativo arquivado na Origem à Disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Barueri, ____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

Nome e cargo: FABIO LUIZ DA SILVA RHORMENS - Presidente

E-mail institucional: fabiaovereador@camarabarueri.sp.gov.br

E-mail pessoal: fabiorhormens@hotmail.com

Assinatura por delegação:

CONTRATADA:

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone pessoal: _____

Assinatura: _____





CONTRATO Nº 000/2019 - ANEXO VII

AQ_F6/008 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE FORNECEDOR

NOME DA EMPRESA:
CONTRATO Nº:
OBJETO DO CONTRATO:
DATA DA AVALIAÇÃO:

ITENS AVALIADOS

ENTREGA E UTILIZAÇÃO DE EPI'S:
RELAÇÃO DE EPI'S UTILIZADOS:
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO:
PRAZO DE ENTREGA:
PREÇO TOTAL:
PREÇO UNITÁRIO:
CONFORMIDADE COM O CONTRATO:

Caso tenha verificado outro item relevante, favor descrever abaixo:

Assinatura do Gestor





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

TERMO DE RETIRADA DE EDITAL

Declaro haver recebido da Divisão Contratos, Licitações e Suprimentos da Câmara Municipal de Barueri, o Edital de **CARTA CONVITE Nº. 002/2019**

Barueri, ____ / ____ / ____.

NOME DA EMPRESA _____

ENDEREÇO _____

CNPJ _____

CEP _____

CONTATO _____

EMAIL _____

TELEFONE _____

ASSINATURA _____

